

MOTIVAÇÃO PARA FAZER O CURSO FIC AUTISMO E INCLUSÃO: “EU SOU AUTISTA E PROFESSORA DE AUTISTA”

Vanessa Desidério¹
Francisco Jadson Souza de Assis²
Rafael Rembrandt Pinheiro da Silva³
Hortevan Marrocos⁴
Andrezza M. B. Do N. Tavares⁵
José Moisés Nunes da Silva⁶

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno no neurodesenvolvimento que afeta aspectos acadêmicos e profissionais do indivíduo. Em 2024 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte ofertou a segunda turma de curso de formação inicial e continuada sobre Autismo e Inclusão Escolar. Das 15.789 pessoas inscritas, 924 se identificaram como pessoas que tem necessidades educacionais específicas. Como o curso é na modalidade remota, pessoas de todas as regiões do Brasil se inscreveram. Destas 295 informaram que são professores. O presente artigo analisa a motivação e expectativa dos cursistas que buscam a formação. A pesquisa aborda as características do autismo, as limitações e potencialidades, destacando as diversas barreiras enfrentadas pelos alunos e docentes com TEA, tais como dificuldades de interação social, comunicação e comportamentos restritos ou repetitivos. Utilizou-se como técnica de coleta de dados, a entrevista semi estruturada e os dados foram analisados através da técnica de Bardin (1977). A população foram 60 professores que além de enfrentar a condição do autismo, tem filhos, sobrinhos ou netos na mesma condição. Inicialmente foi levantado o perfil dos pesquisados e em seguida foram feitas a pré-análise, categorização e interpretação dos dados. Contatou-se que 78% dos docentes pesquisados dão aula para alunos com até 12 anos de idade, souberam do curso por meio de amigos e conhecidos e não tem nenhum vínculo com o IFRN. Em relação à análise das falas dos pesquisados, três categorias ficaram em evidência: os que se inscreveram para melhorar sua aula; os que tem interesse no curso por empatia para aprender mais e repassar para os colegas e os que querem aprender mais para ajudar seus filhos. Os três grupos estão no espectro e a maioria recebeu o diagnóstico de forma tardia, depois do diagnóstico do filho.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista, Inclusão, Professor, formação, Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, vanessa.desiderio@ifrn.edu.br;

² Graduando do Curso de Tecnólogo em Energias Renováveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, francisco.jadson@escolar.ifrn.edu.br;

³ Graduando do Curso de Tecnólogo em Energias Renováveis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN, r.rembrandt@academico.ifrn.edu.br;

⁴ Doutorando em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, hortevan.marrocos@ifba.edu.br;

⁵ Doutora em Educação do Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, andrezza.tavares@ifrn.edu.br;

⁶ Professor orientador: Doutor em Educação, IFRN, moises.silva@ifrn.edu.br.

Barbosa (2014) explica que autismo é uma palavra que deriva do grego *autós* e significa “de si mesmo”, ou voltado para si, esse termo começou a ser usado em 1911. No entanto, a percepção de autismo só ganhou notoriedade no século XXI, antes disso era visto como uma esquizofrenia infantil, doença mental ou simplesmente não era considerado uma perturbação plausível de ser tratada. Apesar de o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ser um tema amplamente difundido na mídia, não é possível dizer que a sociedade conhece a importância dos preceitos da lei de proteção à pessoa com autismo. A Lei Berenice Piana, ou Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012) é fruto da luta de pais, cuidadores, familiares e pessoas que sofrem com o TEA.

O nome “transtorno”, lembra perturbação, constrangimento, que é típico da situação de quem nasce e sofre com TEA. “Espectro” diz respeito a variações, pois como o transtorno afeta o neurodesenvolvimento, ele pode ter inúmeras combinações nosológicas. Assim, no autismo infantil, autismo adulto, *asperger*, entre outros, não existe nenhum indivíduo com TEA igual a outro, cada condição exige um plano terapêutico único.

Para fins de classificação, o autismo e todos os distúrbios, incluindo o transtorno autista, transtorno desintegrativo da infância, transtorno generalizado do desenvolvimento não especificado (PDD-NOS) e síndrome de *asperger*, fundiram-se em um único diagnóstico chamado de Transtorno do Espectro Autista – TEA (APA, 2014).

Apesar de a atual classificação internacional empregar o TEA, o que ficou mais popular foi autismo, que não é de todo errado, pois não há consenso médico em relação ao assunto. Portanto usaremos os dois termos (TEA e autismo) no presente artigo.

É importante que logo após o diagnóstico, busque-se o tratamento mais adequado para promover melhor qualidade de vida para o indivíduo e familiares. Nesse sentido, pais e educadores precisam conhecer conceitos científicos relacionados ao termo para compreender as características que geram sinais de alerta, bem como os fatores de risco e as classificações nosológicas atuais. Quanto mais precoce o diagnóstico, melhor o prognóstico. Principalmente porque em alguns casos, existem comorbidades associadas ao TEA que precisam de ação preventiva e uso de medicação, tais como bipolaridade, epilepsia, esquizofrenia, entre outros.

No início dos estudos sobre autismo, havia outras condições singulares que, ao serem observadas por Leo Kanner em 1943, faziam parte do protocolo de avaliação. Entretanto, com o desenvolvimento desses estudos, os critérios que subsidiaram o diagnóstico do autismo passaram por diversas mudanças ao longo dos anos e foram descritos nos manuais de categorização nosológica. Os mais conhecidos são o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças e Problemas

relacionados à Saúde (CID), principalmente a partir da década de 1980 (Fernandes; Tomazelli; Girianelli, 2022).

Esses manuais apresentam diferenças nas nomenclaturas, características e códigos utilizados para fins de diagnóstico. Em 2022, a 11ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da Organização Mundial da Saúde (OMS) foi aprovada. O CID-11 une os transtornos do espectro num só diagnóstico (assim como ocorre no DSM-5) e apresenta a seguinte classificação (Figura 1):

- Autismo na CID-11**
- **6A02 – Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**
 - **6A02.0** – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
 - **6A02.1** – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
 - **6A02.2** – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
 - **6A02.3** – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
 - **6A02.5** – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
 - **6A02.Y** – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado;
 - **6A02.Z** – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.

Figura 1 – Classificação do Autismo na CID-11.

Fonte: Paiva Junior, 2023.

É importante observar na figura 1, que os códigos da CID-11 apontam para condições com ou sem deficiência intelectual e com ou sem prejuízo na linguagem, não tem relação com o nível de suporte, pois estes podem variar em função das condições ambientais, circunstanciais e emocionais do indivíduo. Os códigos sinalizam uma condição mais estável, para laudo de autismo emitido por médicos que já utilizam este novo CID. Para pais e profissionais da saúde e educação, o laudo assegura direitos e orienta o tratamento mais adequado. Outrossim, se há dúvidas, o melhor é buscar diagnóstico médico, pois este recomendará avaliação conjunta com outros profissionais, já que não é possível diagnosticar o autismo com um único exame, principalmente em casos que exigem baixo suporte (antigo autismo leve).

Apesar de haver diferentes formas de manifestação do transtorno no neurodesenvolvimento, essas duas características sempre foram observadas ao longo do tempo nas pessoas com autismo: dificuldade para se comunicar ou interagir e comportamento repetitivo ou restrito. Essas duas características ainda são as evidências mais importantes na hora de fazer a avaliação ou diagnóstico da pessoa com TEA.

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), do governo dos EUA, é referência mundial a respeito da incidência de autismo. Este divulgou, em 24 de março de 2023, que uma em cada 36 crianças de 8 anos de idade são autistas (Maenner; Warren; Williams et. al., 2023). No Brasil, percentual de alunos com deficiência, TEA e altas habilidades matriculados em classe comum tem aumentado gradativamente em todas as modalidades de ensino, no Censo Escolar de 2023 houve um aumento de 41,6% em relação a 2019, a maior proporção de incluídos está no ensino médio, com inclusão de 99,5% (INEP, 2024).

Observando esse cenário, criou-se em 2023 o projeto de extensão Conhecer para Acolher oferecendo um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) para pais e educadores sobre Autismo e Inclusão Escolar. Inicialmente o curso foi planejado para docentes que ministram aula nos cursos técnicos integrado ao ensino médio por perceber que o número de alunos com laudo de autismo matriculados nos últimos anos tem aumentado e que os professores já sinalizavam a necessidade dessa formação específica. No entanto, com a oferta, surgiu a possibilidade de abrir vagas para a comunidade, pois a formação para educação profissional atende vários públicos.

Em 2012, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) instituiu os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs). Esse órgão deliberativo funciona em todos os campi com o apoio de docentes, técnicos e terceirizados (professores, pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, Assistentes de Educação Especial - AEE e cuidadores). Embora as barreiras concretas sejam manifestas (assim como as deficiências físicas, que facilmente se percebem), as barreiras atitudinais são decorrentes do preconceito e exclusão por parte das pessoas que não conseguem perceber a deficiência alheia tal como ela é: uma deficiência.

O foco da Educação Especial (EE) no processo de ensino e aprendizagem é potencializar as habilidades e competências do discente, seja com elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Isso porque pessoas com deficiência passam a ser especiais por necessitar de respostas específicas e adequadas às suas limitações, sejam elas físicas, sensoriais e/ou intelectuais. A primeira dúvida que emergiu na criação dos módulos foi a causa do autismo.

A literatura aponta para duas possíveis causas do autismo: genética e ambiental. De acordo com Gupta & State (2006), “o autismo é um transtorno fortemente genético, com uma herdabilidade estimada de mais de 90%”. Apesar da causa genética ser mais comum, pesquisas focadas na causa ambiental tem se intensificado, e existem muitas discussões em torno da

prevenção do autismo, mas como esse não era o foco do curso, nos limitamos a perceber que existem casos de causa genética, ambiental e multifatorial, devido a mutação genética.

Independentemente da causa, se há confirmação de diagnóstico de Transtorno do Espectro do Autismo é importante observar quais são as principais limitações que comprometem o aprendizado e qualidade de vida da pessoa para buscar estratégias de desenvolvimento, bem como observar quais são as potencialidades que a pessoa apresenta para que o apoio mais adequado seja oferecido, seja dentro ou fora dos portões da escola e seja qual for o nível de suporte. Embora percebeu-se que chegaram ao IFRN, na sua maioria nível 1 de suporte.

Em relação ao nível de suporte, essa denominação é apenas para indicar a necessidade de maior ou menor necessidade de apoio. Uma pessoa pode ser nível 1 de suporte para a comunicação (não necessita de muito apoio) e nível 2 de suporte para atividades que implicam apoio no desenvolvimento motor ou sensorial, por exemplo. O nível 3 de suporte indica que a pessoa precisa de suporte substancial. Conforme recebe ou não tratamento adequado, esses níveis podem variar ao longo da vida.

Os módulos do curso foram planejados de modo que o acesso à internet fosse o único recurso necessário, sendo assim, foram ofertadas apostilas, vídeo aulas e palestras *on line*. Foram feitos quatro módulos, o primeiro refere-se ao conceito, causa e característica do autismo, com o objetivo de apresentar ao professor ou familiar, sinais de alerta para o encaminhamento de diagnóstico, em casos que não foram laudados antes da matrícula. O segundo módulo teve como objetivo apresentar a importância do professor nesse processo de inclusão, as vantagens da inclusão para os colegas e estratégias básicas de manejo da pessoa com autismo em sala de aula. O terceiro módulo apresenta o Serviço de Atendimento Específico realizado no contraturno através do assistente de educação especial e da sala de recursos multifuncional. O quarto e último módulo refere-se ao planejamento educacional individualizado que deve ser feito em parceria entre escola, equipe multiprofissional e família. A carga horária do curso é de 40 horas.

Em 2023, foram 2440 pessoas inscritas. Como o curso era remoto e gratuito, pessoas de todo o Brasil se inscreveram. Sem propaganda, a segunda turma recebeu quase 16 mil inscrições, a maioria por indicação de pessoas que participaram da primeira turma. Não foi possível atender a todos, então utilizou-se como critério de matrícula, a frequência na palestra de abertura do curso, quase 7 mil pessoas que já estavam inscritas participaram dessa atividade, o curso ainda está em andamento, mas ao preencher o formulário *on line*, o inscrito sinalizava a permissão de

uso dos dados para pesquisa, desse modo, preservando o sigilo dos inscritos, foi feito o levantamento dos dados sobre o perfil, motivação e expectativa para fazer o curso. O objetivo da pesquisa foi analisar a relação entre o perfil dos pesquisados com a motivação e expectativa para fazer o curso.

METODOLOGIA

O curso FIC Autismo e Inclusão Escolar foi ofertado através do projeto de extensão Conhecer para Acolher, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão garantem a relação entre ciência e realidade social (Moita e Andrade, 2009). Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa descritiva e aplicada cuja coleta de dados utilizou questionários quali-quantitativos que simulavam uma entrevista no ato da inscrição. Na análise das perguntas subjetivas, utilizou-se nuvem de palavras e análise de Conteúdo (Bardin, 1977), para as perguntas objetivas, estatística simples. Para Leite (2008) a pesquisa descritiva serve de base para outros tipos de pesquisa e a aplicada gera conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.

Os dados utilizados na pesquisa são da turma de 2024, foram 15.789 pessoas inscritas, destas 924 se identificaram como pessoas que tem necessidades educacionais específicas. No filtro por ocupação, verificamos que 295 são professores. Como o curso é voltado para professores e pais de pessoas com autismo, foi feito o último filtro, relacionado ao grau de parentesco com pessoas que tem TEA, daí destacamos a população de 60 professores que além de enfrentar a condição do autismo, tem filhos, sobrinhos ou netos na mesma condição. Inicialmente foi levantado o perfil dos pesquisados e em seguida foram feitas a pré-análise, categorização e interpretação dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, observou-se que os pesquisados estão distribuídos em vários estados, a maioria, 23 são do Rio Grande do Norte, sendo que apenas 13 moram em Natal/RN, a capital do estado e os demais moram nos municípios vizinhos (Parnamirim, São Gonçalo do Amarante) e oeste Potiguar (Mossoró, Assu, Acari, entre outros). Em relação aos demais estados, 24 pesquisados são de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia, Pará com pelo menos 4 representantes por estado e os demais (13) são de outros estados (Amazonas, Paraná, entre outros com menos de quatro representantes por estado).

Uma das questões do formulário de inscrição foi relacionada ao meio pelo qual as pessoas souberam do curso, 70% dos pesquisados souberam do curso por meio de outros colegas

professores que participaram do curso em 2023, os demais souberam por amigos, conhecidos, redes sociais ou por email. A pergunta seguinte foi relacionada ao motivo pelo qual os pesquisados se inscreveram no curso, a nuvem de palavras (figura 2) indica quais foram os motivos principais:



Figura 2. Nuvem de Palavras com motivos para fazer o curso
 Fonte: Elaboração Própria, 2024

Algumas palavras da figura 2 chamam atenção, pela repetição, além da preposição “de” destacam-se as palavras “aprender”, “meus”, “sobre”, “conhecimento(s)”, “alunos”, “melhor”, “professora”, “crianças”. Essas palavras estão presentes na maioria das respostas, e remetem algumas das falas dos pesquisados, tais como:

“Quero ampliar meu conhecimento e aprender mais sobre o assunto para ser uma professora melhor”

“Sou autista de diagnóstico tardio e quero aprender mais sobre o Espectro”

“Sou autista também e espero aprender a lidar e a auxiliar as pessoas que compõem esse público”.

“Porque sou autista e quero aprender mais sobre essa condição, sou professora e também sou mãe de autista”

“Sou professora e vó de autista, preciso ampliar meus conhecimentos que ao meu ver são pouquíssimos”

“Sou autista, tenho sobrinho e alunos dentro do Espectro. Preciso ampliar meus conhecimentos acerca do tema para saber melhor atender as necessidades do nosso público dentro do espectro”.

Essas seis falas, refletem o perfil predominante feminino do público pesquisado, 78% são do sexo feminino e professoras do ensino infantil, o resultado reflete o último censo escolar, em 2023. Na educação infantil brasileira, atuam 685 mil docentes, destes 96,2% são mulheres (INEP, 2024). Apenas 30% dos pesquisados dá aula para autistas adolescentes ou adultos. Apesar do perfil pesquisado ser predominantemente feminino, a literatura aponta para uma prevalência do sexo masculino no diagnóstico de autismo, pois ao contrário das meninas que internalizam as características do autismo, os meninos externalizam com agressividade, irritabilidade e outros comportamentos que favorecem o sinal de alerta para familiares buscarem de forma mais precoce o diagnóstico. Nesse sentido, é possível acreditar que a maioria das

pesquisadas receberam seu diagnóstico de forma tardia, após receber o diagnóstico de seus descendentes (filhos, sobrinhos e netos). O fato de o curso ter recebido mais inscrições de mulheres de forma geral também reflete nas respostas do perfil pesquisado.

Teixeira (2023) analisou o impacto do diagnóstico tardio em mulheres e observou que mulheres diagnosticadas com TEA tardiamente podem passar a ter melhor autoconhecimento, aceitação de si mesmas e sentimento de alívio com a chegada do diagnóstico. Em sua pesquisa, evidencia também que a grande maioria das participantes passaram por diversos prejuízos em suas vidas antes de receberem o diagnóstico, como desenvolvimento de ansiedade, depressão e prejuízos sociais.

Correia (2022) explica que nos casos das mulheres, elas conseguem disfarçar os comportamentos estereotipados como meio de compensar as dificuldades de comunicação social, contribuindo com o diagnóstico tardio ou diagnóstico incorreto. Correia (2022) pesquisou as diferenças comportamentais e clínicas entre pessoas com TEA do sexo feminino e masculino e sobre diagnóstico tardio, concluiu que ocorre com mais frequência com pessoas do sexo feminino.

Como não era o foco da pesquisa, outras questões relacionadas a esse perfil não foram contempladas, mas são sugestões para próximas pesquisas, tais como os desafios e estratégias de superação que essas pessoas enfrentam/ram para desenvolver a docência e sobre o diagnóstico (como isso impactou/a na sua vida pessoal, social e acadêmica ou profissional).

Após a nuvem de palavras, que permite uma leitura flutuante do conteúdo, foi feita uma categorização das respostas dos pesquisados. Percebeu-se a possibilidade de agregar as respostas em três grupos: os que se inscreveram para melhorar sua aula; os que tem interesse no curso por empatia para aprender mais e repassar para os colegas e os que querem aprender mais para ajudar seus filhos (figura 3).

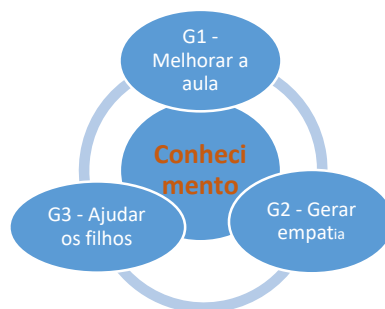


Figura 3 – Categorias analisadas de acordo com a correspondência de fala

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024

Apesar da divisão por categorias, os três grupos desejam/esperam o mesmo objetivo, alcançar conhecimento, a diferença está na motivação para aplicação do conhecimento. O grupo 1 (25% das falas) relacionaram o desejo de aprender mais sobre autismo com a possibilidade de melhorar a aula, desejam aprender novas ferramentas e metodologias ou estratégias para aplicar com pessoas que tem autismo. A seguir uma fala, que representa os pesquisados desse grupo ou categoria:

“Estou em busca de novos conhecimentos na área. Sabemos que é um assunto amplo e quanto mais se estuda, mais tem novidades. Espero ter um pouco mais (de) conhecimento sobre a área e complementar meus conhecimentos obtidos através de cursos e graduação”.

Enquanto o grupo 1, deseja o conhecimento para aplicá-lo em sala de aula, que é um motivo nobre, o grupo 2, parece querer alcançar outros além da sala de aula, é possível que as adversidades e dificuldades durante a formação básica tenham gerado mais empatia por parte desses pesquisados e o desejo de ter uma sociedade inclusiva mova-os a buscar e partilhar conhecimento. Além de melhorar a sua aula, as falas são direcionadas para uma aplicação social do conhecimento, eles desejam que seus alunos aprendam mais. Nesse grupo, tem mães e pais que são professores universitários e que querem se tornar multiplicadores, a seguir duas falas que representam essa categoria, esse grupo é o maior, com 58% dos pesquisados.

“A demanda de alunos com TEA tem aumentado consideravelmente nas salas de aulas, no entanto ainda não existe um preparo adequado para realizar o atendimento destes alunos público-alvo com a qualidade aos quais devem ser atendidos. Portanto tenho interesse em adquirir novos e melhorar os conhecimentos já existentes, para ofertar ao aluno com Autismo, uma inclusão e uma aprendizagem satisfatória”.

“Sou docente do Instituto Federal e tenho estudantes com TEA e gostaria de aprender mais sobre o assunto central do curso para aplicar em sala de aula. Além disso tenho eu e meu filho fomos diagnosticados com TEA”.

A primeira fala é de uma professora e a segunda de um professor, o nome do estado do instituto federal foi suprimido para preservar o sigilo. A quantidade de alunos com autismo realmente vem aumentando e o fato de os professores se preocuparem com a inclusão e aprendizagem satisfatória é um indício de quem sofreu na pele os julgamentos e a incompreensão dos ambientes não inclusivos e não deseja o mesmo processo para seus alunos ou parentes que estão no espectro. Essa empatia gera um movimento de abnegação em pais e familiares que lutam pela causa do autismo, que vão além do ambiente escolar. Durante o curso de 2023, muitas mães relataram que deixaram de fazer o curso dos sonhos para estudar psicologia, fisioterapia ou outra formação que considerava útil para ajudar seu filho com autismo em determinada idade escolar, outras disseram que foi necessário ser auxiliar de classe do próprio filho para que ele pudesse estudar e muitas pararam de trabalhar para dar atenção às demandas dos filhos com autismo.

Apesar do grupo 3 ter menor número de participantes, apenas 17% dos pesquisados, é um grupo que tem falas bem comoventes, algumas citam que tem mais de dois filhos com autismo, que necessitam muito aprender, pois precisam de ajuda e querem ajudar seus filhos. Esse grupo aparenta ter maior dificuldade para compreender como ajudar os filhos, apesar de todos serem professores, o aprendizado típico é diferente do atípico. Além disso as respostas desse grupo são mais suscintas, o que indica a possibilidade de limitações na comunicação. A seguir uma das falas comuns, quando questionada sobre o motivo para fazer o curso:

“Por que sou mãe e quero ter mais conhecimento do assunto”.

Nessa categoria, as respostas são voltadas para as dúvidas mais comuns e não informaram muito sobre a expectativa, respostas bem pontuais, como “minha filha é hiperativa ou quero saber mais sobre essas síndromes ou ainda quero saber como faço para ajudar meus filhos e outras semelhantes foram relacionadas a esse grupo”. Sugere-se pesquisar mais sobre a formação e as condições de trabalho desses docentes que são mães e pais atípicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o aumento do número de alunos com autismo matriculados nas escolas, cresce o número de professores que buscam formação. Observando a demanda, foi ofertado pelo segundo ano seguido, um curso de curta duração para atender essa necessidade. A legislação estabelece a inclusão, mas não os meios para a manutenção desta, a formação docente é apenas uma das variáveis necessárias para a efetivação da inclusão escolar.

O curso não investiu em nenhuma publicização paga, a mídia já dá acesso a muita informação acerca do tema, porém também há muitos mitos e as pessoas sentem-se mais seguras quando conseguem conversar diretamente com a pessoa que partilha o conhecimento, ou dá acesso aos profissionais como fizemos no curso. Verificou-se que dentre os muitos inscritos, um grupo de professores que estão no espectro e que são pais de autistas.

Adultos que estão no espectro autista e que não tiveram acesso ao diagnóstico precoce ou tratamento na idade infantil, são suscetíveis às situações traumáticas que podem desencadear depressão e ansiedade. A falta de compreensão de si mesmo e o sentimento de não se encaixar em lugar algum é muito comum nesses casos. Em função disso, pessoas com TEA têm mais predisposição para pensamentos suicidas, motivo pelo qual a formação é essencial como apoio e prevenção às diversas situações de adoecimento.

Em relação aos pesquisados, percebe-se que apesar das dificuldades próprias da condição de autismo, essas pessoas conseguiram alcançar êxito profissional e estão aprendendo a se conhecer e reconhecer em seus parentes ou alunos características do autismo. O público

pesquisado é formado por professores, pais e autistas que desejam aprender mais sobre o TEA para poder melhorar suas aulas, ajudar seus parentes e ser um multiplicador desse conhecimento.

Antes do diagnóstico vem os sinais de alerta, depois do diagnóstico vem o sentimento de luto, pois aquele ser autônomo idealizado poderá não se resolver sozinho, precisará de suporte adequado e quem pode ser esse suporte, ou de que forma pode-se ajudá-lo? Essas são algumas das inquietações que passam pela cabeça de quem vive a maternidade ou paternidade atípica. Depois do luto, vem a luta! Desejo de vencer os obstáculos e ser grato por cada passo no desenvolvimento desse ser amado(a). O curso FIC Autismo e Inclusão Escolar também teve na sua gênese essa motivação, pois dois dos autores deste trabalho são pais atípicos e sabem como é difícil lidar com as crises sensoriais, dentro e fora dos espaços escolares, durante as terapias e muitas vezes em espaços públicos. Sabem também como é bom ter por perto essas pessoas que além da sua forma atípica de viver ensinam uma rica lição: é preciso conhecer para poder acolher. O acolhimento seguro é justo e faz bem para a sociedade diversa e tão desigual.

REFERÊNCIAS

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association ; [et al.]. – 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/DSM_5/QL4rDAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=DSM&printsec=frontcover. Acesso em: 27 abr. 2024.

BARBOSA, Priscila Maria Romero. **Autismo**. Revista Educação Pública, v. 14, n. 40, dez. 2014.. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/40/autismo>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa edições, 1977.

BRASIL. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 27 abr. 2024.

CORREIA, Ana Rita Rodrigues. **Diferenças de gênero e o Diagnóstico de Autismo no Gênero Feminino**: Revisão Sistemática de Literatura. Universidade de Beira Interior. Dissertação. Mestrado em Medicina. Maio. 2022.

FERNANDES, C. S.; TOMAZELLI, J.; GIRIANELLI, V. R. **Diagnóstico de autismo no século XXI**: evolução dos domínios nas categorizações nosológicas. Psicologia USP, [S. l.], v. 31, p. e200027, 2022. DOI: 10.1590/0103-6564e200027. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/202487>. Acesso em: 27 abr. 2024.

GUPTA, A. R.; STATE, M. W. (2006). **Autismo**: genética. Revista Brasileira de Psiquiatria, 28(1), 29-38. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=4665197&pid=S1983-8220201900010000900027&lng=pt Acesso em: 15.02.24

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2021 e 2022**. Brasília: INEP, 2023.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo Escolar 2023**. Brasília: INEP, 2024.

LEITE, Francisco Tarcísio. **Metodologia Científica**: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

MAENNER, M. J.; WARREN, Z.; WILLIAMS, A. R.; et al. Prevalência e características do transtorno do espectro do autismo entre crianças de 8 anos — Rede de monitoramento de autismo e deficiências de desenvolvimento, 11 locais, Estados Unidos, 2020. *MMWR Surveill Summ* 2023;72 (No. SS-2): 1–14. DOI: Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15585/mmwr.ss7202a1>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista brasileira de educação*, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.

PAIVA JUNIOR, F. **CID-11 unifica Transtorno do Espectro do Autismo no código 6A02**. Tismoo, 2021. Disponível em: <https://tismoo.us/destaques/cid-11-unifica-transtorno-do-espectro-do-autismo-no-codigo-6a02>. Acesso em: 27 abr. 2023.

TEIXEIRA, Ana Paula da Silva. **Impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista em mulheres**. Centro Universitário de Brasília. Curso de Psicologia. Brasília, Dezembro, 2023.